

## **O terrorismo de estado (TDE) além das fronteiras nacionais: o monitoramento de Cláudio Gutiérrez no Uruguai, Chile e Bolívia (1969-1972)**

**The state terrorism (tde) beyond national borders: the monitoring of Claudio Gutiérrez in Uruguay, Chile and Bolivia (1969-1972)**

**Cristiane Medianeira Ávila Dias<sup>1</sup>**

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é analisar a forma como a ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) brasileira, depois da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no final de 1968, e da utilização de violência indiscriminada contra a esquerda, perseguiu o militante Cláudio Gutiérrez em território nacional, fato que o obrigou a se exilar no Uruguai. Porém, o estabelecimento em outro país não garantiu a segurança desse brasileiro, que passou a ser monitorado pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX). Assim, o militante foi preso e torturado em Montevideú, no ano de 1969, numa ação conjunta entre os serviços secretos de Brasil e Uruguai. Após deixar a prisão, no começo de 1970, Gutiérrez partiu em direção ao exílio no Chile e, posteriormente, na Bolívia, viagens que foram acompanhados por agentes do CIEX, encarregados de transmitir dados sobre suas ações aos demais órgãos de segurança. Portanto, no período em que vigorou o Terrorismo de Estado (TDE) no Brasil, o exílio não significou segurança para os sujeitos conceituados como inimigos internos, que continuaram sendo vigiados e, dentro das possibilidades, atingidos pela repressão no estrangeiro.

**Palavras-Chaves:** Brasil; Exílio; Terrorismo de Estado; Cláudio Gutiérrez.

**Abstract:** his article's main purpose is to analyze the way the Brazilian Civil-Military dictatorship of National Security (SN), after the decree of the Institutional Act nº5 (AI-5) by the end of 1968, and the unmeasured violence usage against the left-wing, persecuted the militant Cláudio Gutiérrez in the national territory, which obligated him to exile himself in Uruguay. Howbeit, the establishment in another country did not guarantee this Brazilian's safety, who started to be monitored by the Centre of Exterior Information (CIEX). Therefore, in a conjoined action between the secret services on Brazil and Uruguay, the militant was arrested and tortured in Montevideo in 1969. After leaving the prison, at the beginning of 1970, Gutiérrez left towards Chile and, afterward, to Bolivia. In his travels, he was escorted by agents of CIEX, assigned to deliver data about his actions to the other security organizations. Therefore, in the period while the State Terrorism(TDE) prevailed, exile did not mean security to the, conceived as, intern enemies, who kept on being watched and, within the possibilities, struck by foreign repression.

**Keywords:** Brazil; Exile; State Terrorism; Cláudio Gutiérrez.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O exílio dos brasileiros no período em que vigorou a ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) no Brasil, entre 1964 e 1985, foi tema da pesquisa desenvolvida por Denise Rollemberg (1999), que resultou na publicação da obra “Exílio: entre raízes e radares”. A historiadora, com o objetivo de sistematizar a pluralidade de experiências vivenciadas pelos exilados, utilizou os aportes teóricos da psicanálise para reconstruir os sentimentos de ansiedade, de desenraizamento, de ruptura e de medo para analisar os conflitos

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde junho de 2019. Este artigo é uma versão adaptada de parte do primeiro e segundo capítulo da minha tese de doutorado intitulada “Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile: 1970-1973”. [cristiane-historia@hotmail.com](mailto:cristiane-historia@hotmail.com)

e as mudanças pelos quais passaram os brasileiros em outros países. A principal contribuição dessa pesquisa foi ter sido a primeira a problematizar o coletivo de brasileiros que seguiu para o exterior durante a ditadura.

Teresa Marques (2011) foi outra pesquisadora que abordou o exílio de brasileiros, de forma prioritária no Chile e na França, a partir de uma escala transnacional, salientando que o surgimento de redes de solidariedade globais, como organizações não governamentais e internacionais, geraram novas dinâmicas de interação dos exilados entre si e destes com a comunidade receptora. O “transnacionalismo” seria um dos efeitos da globalização, numa época na qual o Estado estaria perdendo espaço para novos atores sociais, como os brasileiros exilados no Chile que, após o golpe de 1973, foram para outros países, onde se engajaram nas lutas a favor de temas globais, notadamente os direitos humanos, a anistia e a democracia.

O enfoque dado às trajetórias individuais dos exilados, feito por Denise Rollemberg, e as redes de solidariedade, realizado por Teresa Marques, resultaram em uma opção de pesquisa que desvincula o fenômeno do exílio ao processo de implantação das ditaduras de SN nos países do Cone Sul, durante as décadas de 1960 e 1970. Por essa razão, o presente artigo se propõe a analisar militantes que, diante da possibilidade de sofrerem nova perseguição e ameaça concreta de morte, resolveram abandonar o Brasil. O exílio se constituiu assim numa opção de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas. Tal dinâmica se originou do aumento da violência na fase posterior à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que motivou o surgimento de organizações armadas das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil e uma nova onda de exilados<sup>2</sup>, resultado direto do emprego sistemático de violência estatal, que caracterizou o início de um novo tipo de dominação política exercida pela ditadura brasileira contra seus cidadãos, em território nacional e no exterior: o Terrorismo de Estado (TDE).

Para evidenciar a forma como o TDE agiu no exterior, o artigo irá priorizar a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX), um órgão de segurança que funcionava nas dependências das Embaixadas brasileiras em outros países, com a função de monitorar as atividades dos exilados, entre os quais Cláudio Gutiérrez. Esse militante iniciou sua trajetória política após o golpe civil-militar de 1964, no movimento estudantil do Rio Grande do Sul. Com o fechamento total da ditadura no final de 1968, tornou-se simpatizante da Aliança

---

<sup>2</sup> Rollemberg (1999) nomeou os políticos e sindicalistas que foram para o exílio no Uruguai após o golpe civil-militar de 1964 de primeira geração de exilados e os militantes da luta armada que foram para o exterior depois da decretação do AI-5 de segunda geração de exilados.

Libertadora Nacional (ALN), auxiliando a organização na passagem de militantes pela região de fronteira do estado. Perseguido pelo aparato repressivo estatal, Gutiérrez foi obrigado a se exilar no Uruguai, em 1969, onde acabou sendo preso e torturado, numa ação conjunta entre as polícias brasileira e uruguaia. Após deixar a prisão, o clima de insegurança vivenciado no país vizinho no começo de 1970, motivou Gutiérrez a partir em direção ao exílio no Chile e, posteriormente, na Bolívia. Todas essas ações foram acompanhadas por agentes do CIEX, que se encarregavam de enviar dados sobre o militante para a comunidade de informações<sup>3</sup> no Brasil, demonstrando que a ditadura desconhecia as fronteiras nacionais ao perseguir sujeitos que se enquadravam em suas definições de inimigo interno.

## **O TERRORISMO DE ESTADO (TDE): DEFINIÇÕES**

O surgimento desse modelo de controle – o TDE – estava diretamente vinculado à disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), efetuada pelos Estados Unidos, as Forças Armadas e a polícia dos países latino-americanos. Conforme Padrós (2005), a DSN era uma espécie de “esqueleto teórico”, que estabeleceu seus parâmetros baseada na existência da Guerra Fria e da bipolaridade. Nesse sentido, o mundo vivenciaria um conflito permanente entre dois inimigos: o comunismo bárbaro, representando pela União Soviética, e o capitalismo, responsável pela liberdade no Ocidente, cujo principal expoente era os Estados Unidos (p. 184). Seguindo tais pressupostos, os países alinhados ao capitalismo e ao ocidente, como o Brasil, deveriam procurar manter a coesão interna, não abrindo brechas para o acirramento dos conflitos sociais e a propagação das ideias comunistas entre os setores pobres e marginalizados da população.

Na interpretação de Comblin (1980), “concebe-se a nação como uma só pessoa, um único ser dotado de uma única vontade, que define seus fins e adapta os meios aos fins” (p. 51), ou seja, o Estado deveria seguir metas políticas e militares baseadas em um projeto nacional e consequentemente os objetivos por este estabelecidos, visando impedir o avanço do comunismo em âmbito interno e regional. Por essa razão, os objetivos do projeto e a segurança nacional estavam intimamente vinculados entre si, por serem definidos de forma conjunta para cada nação. Na prática, essa aproximação diminuiu a distância entre a aplicação

---

<sup>3</sup> “A comunidade era um conceito antigo nas Forças Armadas, mas somente com Médici começou a funcionar de fato. A ideia era aparentemente simples: todos os órgãos públicos que manejavam informações relacionadas à segurança [...] passariam a colaborar uns com os outros. Não havia uma hierarquia interna na comunidade, apenas o compromisso de ajuda mútua. Faziam parte da comunidade o SNI [...], os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e as ASI, a Polícia Federal e as polícias civis” (FIGUEIREDO, 2005, p. 198).

ou não da violência por parte do Estado, que rompeu as barreiras constitucionais para o uso da força, com a justificativa de atingir os objetivos nacionais:

A Segurança Nacional desfaz a distinção entre a política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo. Dependendo das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para os inimigos externos quanto para os internos [...]. A segurança afeta todos os aspectos da vida social. Em toda a parte pode ser desafiada por ameaças: em toda a parte a subversão, sua grande inimiga por se manifestar. Tanto a vida política quanto a econômica, a vida cultural ou a ideológica são problemas de segurança. A estratégia deve orientar, controlar, vigiar todos esses setores (p. 56 e 57).

A DSN não definiu de forma clara quem era o inimigo interno – teoricamente infiltrado de forma vertical em todos os níveis da sociedade –, que devia ser combatido, o que tornava qualquer pessoa, envolvida ou não em atividades políticas, suspeita perante o Estado. A existência desse inimigo e a necessidade de uma guerra permanente para acabar com suas atividades, porém, serviu ao propósito de manter uma permanente situação de emergência, que permitiu às ditaduras impor restrições fora dos limites institucionais sobre as liberdades e os direitos de seus cidadãos. Tais medidas possibilitaram o controle da população como um todo, facilitando o uso discricionário do aparelho estatal contra as atividades dos setores de oposição, em território nacional e no exterior (TAPIA VALDÉS, 1980). Portanto, as diretrizes da DSN forneceram a base de sustentação ideológica que as ditaduras do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina necessitavam para intensificar o controle coercitivo sobre seus cidadãos. Dessa forma, a doutrina garantiu a eficiência desse sistema político, ao fornecer os preceitos que viabilizaram o uso racional da força no combate ao inimigo interno, tornando-se, em última análise, norteadora das ações do Estado terrorista nos países do Cone Sul.

Reyna e Reyes (1991), em pesquisa sobre o tema, afirmaram que o TDE constituiu o ponto mais perceptível da DSN, que desconheceu os direitos fundamentais do indivíduo, como a vida e a liberdade, ao torturar e assassinar as pessoas com a justificativa de que se tratava de uma guerra contra a subversão. O sistema ilegítimo, criado em nome da “segurança nacional”, permitiu que os agentes dos órgãos de segurança atuassem de forma encoberta, realizando invasões de domicílios, prisões e sequestros à noite, ocasião na qual violavam as leis que durante o dia garantiam, figurativamente, defender. Para esses juristas, a ação dos agentes estatais foi abominável porque eles utilizaram a estrutura do Estado, não apenas para violar os direitos humanos, como também para se proteger, garantindo que não haveria nenhuma punição para os seus atos. Em síntese, o TDE se caracterizou por ser um sistema secreto e clandestino, que garantiu aos envolvidos em tais práticas, imunidade para os crimes supostamente cometidos em nome da “segurança nacional”.

Com um ponto de vista semelhante, Bonasso (1990), expôs uma das características do TDE: o caráter contraditório de um Estado, que utilizou métodos terroristas de forma regular, para manter a dominação social, ao mesmo tempo em que, negou estas ações, temendo ser responsabilizado por violações aos direitos humanos em âmbito internacional. Além disso, o TDE se definiu por sua origem conservadora, que o tornou um representante dos interesses das classes dominantes, historicamente contrários aos dos setores pobres e marginalizados da população. Portanto:

Se habla de “terrorismo de Estado” para distinguirlo del “terrorismo” a secas [...]. Pero también se usa esta denominación para demarcar un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión “legal” (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a “métodos no convencionales, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar la oposición política y la protesta social, sea esta armada o desarmada (p. 10).

Garzón Valdés (1989), ao analisar o TDE salientou que um sistema político pode utilizar as premissas do positivismo e de um ponto de vista interno para alegar sua legitimação, mas isso não significa que possui legitimidade moral e ética para ser implantado. Na tentativa de resolver essa contradição, os grupos dominantes, maiores interessados no estabelecimento dos regimes de SN, devem dispor de poder suficiente para impor sua regra de reconhecimento aos demais setores sociais. Partindo dessas premissas, o jurista caracterizou o TDE pela crença na existência de uma guerra vertical, pela indefinição dos atos puníveis, pela utilização de métodos clandestinos e pela aplicação de violência contra vítimas inocentes, como forma de irradiar o medo que paralisa. Seguindo a lógica da luta de classes, Schulz (1990) afirmou que, o TDE surgiu a partir das próprias relações de produção e apropriação de uma classe social sobre a outra, nas quais o Estado garantiu que uma minoria dominante tivesse acesso à riqueza social produzida pela maioria. Para o sociólogo, tal apropriação foi exercida de forma indireta (exploração econômica) ou direta (violência).

A partir desse panorama o TDE foi caracterizado, fundamentalmente, pela formação de um aparato repressivo clandestino, que aplicou uma violência sem limites contra todos os sujeitos considerados, a partir das premissas da DSN, perigosos à manutenção do sistema de dominação vigente. No caso das ditaduras de SN do Cone Sul, os métodos utilizados para atingir essa finalidade, ou seja, desmobilizar os setores de oposição, impedindo que projetos de caráter reformista ou revolucionário fossem colocados em prática nos países locais, foram os mais variados. Conforme Padrós (2005), estes incluíam “sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento definitivo de opositores políticos” (p. 28). É importante destacar que cada país se especializou na utilização de um desses métodos repressivos para combater seus

inimigos internos: o Uruguai se destacou no uso massivo da prisão prolongada, o Chile do exílio, a Argentina do desaparecimento e o Brasil da tortura.

## O EXÍLIO COMO RESULTADO DA APLICAÇÃO DO TDE NO BRASIL

Na interpretação de Maria Helena Moreira Alves (2005), a ditadura brasileira alternou, entre 1964 e 1985, períodos de repressão e liberalização. Tal dinâmica ocorreu porque a cada fase novos atores políticos se incorporavam aos setores de oposição e o Estado era obrigado a adequar seus mecanismos de controle para restabelecer a ordem do sistema. Desse modo, a ditadura foi gradativamente institucionalizando a repressão até o decreto do AI-5, que aboliu o *habeas corpus* para crimes políticos, fornecendo o respaldo que o aparato estatal necessitava para agir deliberadamente contra indivíduos supostamente vinculados a ações “subversivas”, atingindo organizações de esquerda, armadas e não armadas, e também parte da população não envolvida diretamente em atividades políticas. Os alvos prioritários da violência estatal, no entanto, eram os ativistas do movimento estudantil que se tornaram simpatizantes ou militantes da luta armada no período em questão.

Cláudio Gutiérrez foi um dos militantes que integrou esse grupo, iniciando suas atividades políticas no movimento estudantil de Porto Alegre, ao se tornar aluno do Colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”, considerado na época, o principal estabelecimento de ensino secundarista do Rio Grande do Sul. Na fase que se seguiu ao AI-5, Gutiérrez aproximou-se da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma organização fundada pelo militante dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Marighella, que defendia a imersão total na luta armada, por meio da ação direta, não mediada pelo movimento de massas<sup>4</sup>. Gorender (1998) destacou que na visão de Marighella, as atividades da ALN não deveriam ser guiadas por direções centralizadoras ou escalões intermediários, mas sim por grupos autônomos, com ampla liberdade de iniciativa. Assim, a função dos comandos ficaria restrita a articulação de atividades mais complexas, envolvendo vários grupos dentro da organização: “o princípio primeiro é a ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero” (p. 107).

A ALN também sofreu a influência da Revolução Cubana em suas diretrizes e formulações teóricas. Especialmente porque no ano de 1967, Carlos Marighella viajou a Cuba para participar da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), de onde retornou

---

<sup>4</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

defendendo a tática de guerrilha como a única forma viável de luta contra a ditadura brasileira, o que permitiria o desenvolvimento de uma consciência revolucionária, característica típica do foquismo cubano. Segundo esse entendimento, certas condições estruturais do Brasil eram semelhantes às existentes em Cuba antes da eclosão do movimento de 1959. Ambos os países sofriam os efeitos do controle econômico, político e militar exercido pelo governo estadunidense com o apoio das burguesias locais, responsáveis pela condição de miséria e pobreza que vivia a maior parte da população na América Latina. Baseando-se nessas premissas, Marighella dividiu a ALN em vários grupos de trabalho independentes entre si; a falta de unidade visava à formação de um partido político em fases posteriores, quando o processo revolucionário já estivesse em pleno andamento.

As ações da ALN, no final da década de 1960, geraram uma ofensiva do aparato repressivo estatal, que desencadeou uma intensa repressão contra seus militantes nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme Cláudio Gutiérrez, a saída encontrada por Carlos Marighella foi retirar os militantes mais visados para o Uruguai, estruturando o denominado “esquema de fronteira”. Para realizar essa travessia, Marighella recebeu apoio de frades dominicanos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde o plano foi coordenado por Carlos Alberto Libânio Cristo, mais conhecido por Frei Betto, quem estava fixado, nesse momento, no seminário Cristo Rei de São Leopoldo. Gutiérrez manteve eventuais contatos com Frei Betto, auxiliando na travessia de militantes da ALN em direção ao país vizinho. Contudo, depois que essa estrutura foi descoberta, os envolvidos no “esquema de fronteira” começaram a ser perseguidos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS), os quais conseguiram deter Frei Betto<sup>5</sup>. Na sequência, os órgãos de segurança montaram a chamada “Operação Minuano”, que consistia em:

- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos; b) Operações (do tipo “varredura”) em área da capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença); c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assaltos que possam se concretizar a curto prazo; d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, àquelas que nos visitam<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/SOPS/CS 1.-.57.1.1. Síntese de Ocorrências Suspeitas.17 de fevereiro de 1970.

Diante desse panorama, Cláudio Gutiérrez passou a ser perseguido pelo aparelho repressivo no Rio Grande do Sul e foi obrigado a se exilar no Uruguai<sup>7</sup>. Pode-se afirmar assim que parte dos brasileiros seguiu em direção ao exílio após terem sido presos e torturados no Brasil. A outra parte, porém, resolveu deixar o país por temor de vir a sofrer essa modalidade de violência, caso de Gutiérrez, o qual se exilou em Montevideu depois de constatar a brutalidade do tratamento que vários companheiros de militância recebiam nas dependências de órgãos de segurança brasileiros, e também por ter sofrido ameaças, bem como seus amigos e familiares, de agentes a serviço da repressão. Essas reflexões permitem afirmar que a partida dos brasileiros para o exílio foi impulsionada tanto pelo “terror” como pelo “temor”, em relação à violência estatal. Tais motivações resultaram da aplicação massiva da tortura contra os sujeitos que se enquadravam no conceito de “inimigo interno”, tornando tal método o principal responsável pela geração de um cenário de convivência diária com a brutalidade extrema, desencadeada a partir da instauração do TDE no Brasil, no final de 1968.

Fernandez (2011) destaca que, a partida de sujeitos rumo ao exílio, motivados pela violência presente em seu entorno social, sem que exista uma coação direta do Estado contra eles também se enquadra no conceito de exílio forçado. Para o historiador, o exílio “pode tanto ser fruto de um ameaça real e concreta à pessoa quanto pode ser desencadeado apenas por uma percepção subjetiva de ameaça que, no entanto, pode ser sentida como muito ‘real’ pela pessoa atingida” (p. 65). As pessoas afetadas pelo exílio não seriam apenas os militantes envolvidos em ações políticas, vítimas diretas do TDE, mas todos aqueles que de, alguma forma, foram atingidos pela propagação de seus métodos e tiveram que abandonar o país.

A partir dessas considerações, é pertinente afirmar que o exílio dos brasileiros durante esse período, não pode ser interpretado como uma atitude voluntária, pois todos os exilados foram obrigados a deixarem o país pela virulência do Estado. Houve o caso dos presos políticos banidos do território nacional, entre os anos de 1969 e 1971, depois de serem trocados por embaixadores<sup>8</sup>, mas também os atingidos direta e indiretamente pela repressão, que se viram forçados a partirem em direção ao estrangeiro. A esses grupos, não foram concedidos o direito de escolher a melhor data de saída, o trajeto mais adequado ou mesmo o destino de acolhida no exílio. Esse foi o caso do militante Cláudio Gutiérrez, forçado a deixar

---

<sup>7</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>8</sup> Organizações de luta armada brasileiras sequestraram, entre os anos de 1969 e 1971, quatro embaixadores: Charles Burke Elbrick (Estados Unidos), Nobuo Okushi (Japão), Ehrenfried Von Holleben (Alemanha) e Giovanni Enrico Bucher (Suíça). Em troca desses embaixadores, foram banidos para outros países, respectivamente, 15, 05, 40 e 70 presos políticos brasileiros.



o país e se exilar no Uruguai, em virtude da perseguição que passou a sofrer do aparelho repressivo estatal brasileiro.

## **O TDE ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS: A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE CLÁUDIO GUTIÉRREZ NO URUGUAI**

Cabe destacar que o Uruguai, historicamente tido como uma das democracias mais estáveis e seguras da parte sul do continente americano, depois da ascensão à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967, iniciou uma fase caracterizada pelo uso progressivo da violência estatal contra os movimentos sociais e as organizações de esquerda, especialmente o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*<sup>9</sup> (MLN-T). Tal fato resultou numa aproximação dos serviços secretos brasileiro e uruguaio, que passaram a compartilhar informações (e ações), dificultando a travessia e as atividades políticas de militantes de esquerda nos dois lados da fronteira. Cláudio Gutiérrez foi um dos militantes atingidos por uma ação conjunta estruturada entre as polícias do Brasil e do Uruguai, no período em que se encontrava exilado na cidade de Montevidéu, no ano de 1969:

Eu saio do Brasil no final de 69, aí eu termino preso, quando caí o esquema do Frei Betto, eu tenho o meu nome, o Luis Eurico e a Dedeca, a Verna Maria Idiart, aparecem ligado ao Frei Betto. Em função disso, a polícia brasileira em conjunto com a uruguaia, me prende e tenta me devolver para o Brasil, é um episódio bem rumoroso e coisa e eles não conseguem, porque nós conseguimos denunciar essa prisão. Nós temos bastante sorte porque um colega escreve um bilhete denunciando e tal, coloca junto uma nota de dinheiro uruguaia, pede para avisar um jornal de esquerda, o Frente, que era um jornal independente uruguaio [...]. Mas, eu fiquei preso dentro de um quartel e quando iam me devolver, eu fiz um corte no pulso e essa denúncia se ampliou né e não conseguiram me devolver. Eu sou preso em novembro e depois dos acontecimentos, da morte do Marighella, da prisão do Frei Beto e vão me soltar em janeiro<sup>10</sup>.

Constata-se que Cláudio Gutiérrez sobreviveu à operação integrada entre os serviços secretos dos dois países, porque conseguiu, com o apoio de companheiros de militância, denunciar sua prisão clandestina no país vizinho. Portanto, a saída para o exílio, ao invés de trazer segurança para os ativistas políticos perseguidos em território nacional, colocou estes, em muitos casos, na mira de agentes da repressão, encarregados de monitorar a comunidade de brasileiros exilados em outros países. Tratava-se da expansão do TDE, que passou a atuar contra os denominados inimigos internos em âmbito regional.

<sup>9</sup> “Fundado en 1965, MLN-T nunca se declaró marxista, ni tampoco leninista, por lo que su interpretación de los hechos históricos y de la dinámica política no estaba sustentada en la idea de la lucha de clases, en sentido estricto, sino en las dicotomías imperio-nación, oligarquía-pueblo, explotadores-explotados” (TORRES, 2012, p. 93).

<sup>10</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

O pilar da estrutura repressiva – montada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) – para monitorar os exilados brasileiros em outros países era o CIEX, um órgão de segurança fundado em 1966, pelo então embaixador brasileiro no Uruguai, Manoel Pio Corrêa. Em seu livro de memórias, Pio Corrêa (1996), afirmou que o órgão foi criado para vigiar as atividades dos exilados envolvidos na montagem de movimentos de oposição ao governo brasileiro, a partir do país vizinho. O CIEX também tinha interesse nos grupos de brasileiros que, durante o exílio, estabeleceram vinculações políticas com organizações ou partidos de esquerda uruguaios, como o MLN-T, devido à possibilidade de formação de um movimento revolucionário regional.

O CIEX, devido a sua dupla vinculação, respondia às solicitações encaminhadas pelo gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e pela agência central do SNI. O órgão de segurança, entretanto, não integrava o organograma oficial de funcionamento do Itamaraty, atuando como uma divisão encoberta, pois nem a portaria que oficializou sua montagem, em 1966, foi localizada até a presente data. Sabe-se, contudo, que a mesma recebeu a designação de ultrassecreta, como destacou um documento anexado ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade<sup>11</sup> (CNV), em 2014:

Para que possa cumprir sua finalidade, obedecendo aos critérios fixados, é necessário que o serviço em apreço seja criado do próprio Ministério das Relações Exteriores, tanto mais porquanto seu titular incumbe a responsabilidade pela operação desse serviço no exterior, devendo assim estar a ele afeto o controle do mesmo. Naturalmente, teria de ser mantida a característica de “clandestinidade” do órgão projetado mesmo dentro do Itamaraty. Isso é possível fazendo com que o mesmo seja autorizado, em documento ultrassecreto e não publicado, pelo Senhor Presidente da República, com o Referendo do Ministro do Exterior. Sua existência seria encoberta dentro da estrutura do Itamaraty e a Divisão de Segurança e Informações atuaria como meio de contato oficial para esse serviço com os demais órgãos do Itamaraty e outras dependências da administração pública federal que não integrem a comunidade nacional de informações<sup>12</sup>.

Cabe lembrar que uma das características do TDE consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEX –

---

<sup>11</sup> No ano de 2011, o governo brasileiro instaurou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações cometidas pelo Estado, no período compreendido entre 1946 e 1988. Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2014, a CNV reconheceu que os métodos repressivos utilizados pela ditadura excederam os limites institucionais, confirmando o envolvimento do Brasil na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração repressiva estruturados no Cone Sul.

<sup>12</sup> Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Volume 1. Capítulo 5. Documentos. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092\\_000292\\_2015\\_93.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa (SCHULZ, 1990). De fato, o caráter encoberto do CIEX aumentou sua eficácia dentro do mecanismo repressivo, ao permitir que o inimigo interno fosse perseguido para além das fronteiras nacionais, sem que houvesse a necessidade de comunicar oficialmente as autoridades do país que acolhia aqueles sujeitos sobre as operações de segurança realizadas em seu espaço geográfico. Tal panorama explica porque o órgão de segurança se tornou peça-chave da colaboração do Itamaraty com os serviços de informações e segurança brasileiros.

Nessa perspectiva, o CIEX funcionava nas dependências de Embaixadas brasileiras instaladas em capitais como Montevideú, Buenos Aires e Santiago, se encarregando de buscar, tratar e transmitir informes sigilosos sobre os exilados, com material obtido de forma encoberta por agentes infiltrados entre as organizações de esquerda no exílio. Cláudio Gutiérrez foi um dos brasileiros monitorados pelo CIEX durante o exílio no Uruguai, como demonstrou o informe produzido pelo órgão de segurança em janeiro de 1970, tratando da pressão que o jornal *El Popular*, de Montevideú, estava realizando sobre as autoridades locais, a fim de que fosse concedida cidadania uruguaia ao refugiado brasileiro, por ser o mesmo filho de pai uruguaio<sup>13</sup>. No mesmo mês, o agente Alberto Conrado, pontuou em seu relatório a necessidade de vigiar um grupo de brasileiros, entre os quais se encontrava Cláudio Gutiérrez, que estaria organizando uma ação na capital uruguaia:

JAIRO, por outro lado, solicitou de CÉSAR para que obtenha de MARIA vigilância sobre CAIO VENANCIO MARTINS, CLÁUDIO ANTÔNIO WEYNE GUTIERREZ e EUCLIDES GARCIA PAES DE ALMEIDA, para averiguar eventuais contactos com extremistas locais e outros asilados brasileiros, sendo dada a CÉSAR justificativa de que se teme alguma ação dos marginados<sup>14</sup>.

O jornalista uruguaio Alberto Conrado – de codinome “Altair”, “Zuleica”, “Johnson” ou “Carlos Silveira” – foi identificado como um dos agentes do CIEX que atuava infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras exiladas no Uruguai e no Chile. O agente foi responsável pela elaboração de um dossiê com oitocentas e doze páginas, nas quais constam detalhes sobre as atividades dos exilados, como viagens, ações políticas e estabelecimento de

<sup>13</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.1, p. 18/29. Refugiado brasileiro no Uruguai. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. 08 de janeiro de 1970.

<sup>14</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno. Segurança e Informação. 23 de janeiro de 1970.

contatos com grupos de esquerda de outros países da região<sup>15</sup>. Em seu depoimento, Cláudio Gutiérrez informou que ele e seus companheiros de militância desconheciam, na época, que Alberto Conrado fosse um dos agentes da repressão infiltrados na esquerda. Tal fato permitiu que o agente circulasse entre os militantes no exílio, fornecendo dados sobre suas atividades aos órgãos de segurança no Brasil<sup>16</sup>.

Nessa perspectiva, o CIEX compôs um relatório confirmando a partida de Cláudio Gutiérrez do Uruguai para o Chile, em abril de 1970. O percurso entre Montevideu e Santiago teria sido realizado de avião, com o uso de passaporte uruguaio, visto que o militante usufruía dos benefícios da dupla cidadania. O objetivo de Gutiérrez, porém, não seria o de se exilar no Chile, mas utilizar o país como via de passagem para a Bolívia, onde pretendia participar de um curso “político-militar” organizado por Carlos Figueiredo de Sá, que também foi o responsável pelo financiamento de suas viagens:

1. O refugiado brasileiro no Uruguai CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ estaria desenvolvendo intensa atividade em Montevideu, onde pretenderia instituir organização subversiva com elementos brasileiros refugiados e exilados, além de servir como elemento de ligação com movimentos subversivos atuantes no Brasil, mediante “pombos-correios”, e de intermediário com grupos de exilados brasileiros e organizações de esquerda na Bolívia e no Chile, para onde o marginado já teria se deslocado algumas vezes, notadamente em 19/MAR/70, retornando à capital uruguaia. 2. Em Montevideu, o marginado já teria recrutado para o seu grupo, os seguintes elementos: – CLÁUDIO ANTÔNIO WEYNE GUTIÉRREZ, refugiado brasileiro que já teria solicitado e obtido a cidadania uruguaia (por ser seu pai uruguaio); o marginado, que teria viajado ao Chile e a Bolívia nos últimos dias de ABR/70, patrocinado por CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ já seria portador de carteira de identidade e passaporte uruguaio; antes de deixar Montevideu, teria trabalhado no Restaurante “O Cangaceiro”, residindo então em casa de JACI PEREIRA LIMA, também empregado naquele restaurante<sup>17</sup>.

Em relação aos dados do relatório, Cláudio Gutiérrez confirmou em seu depoimento que possuía nacionalidade e passaporte uruguaio, o que facilitava seu trânsito pela região. O exilado Carlos Figueiredo de Sá, também referido no informe, era um ex-juiz e ex-funcionário do Ministério do Trabalho, vinculado à ALN. Devido ao cargo que exerceu no Brasil, Sá estava em boa situação financeira no exílio, motivo pelo qual se tornou uma espécie de “embaixador” da esquerda brasileira em Montevideu, encarregado de fornecer apoio logístico, financeiro e político para a ALN, mas também para membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outras organizações de luta armada, com atividades no Uruguai, no

<sup>15</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno. Dossiê.

<sup>16</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 13/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Contatos no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

Chile e na Bolívia<sup>18</sup>. Ou seja, Carlos Figueiredo de Sá exerceu um papel de destaque entre os brasileiros exilados em Montevideu e Santiago, atuando como um dos principais apoiadores e articuladores das organizações de luta armada, em atividade nessas duas capitais. A inferência do ex-juiz sobre os exilados não passou despercebida pelo Itamaraty, que passou a acompanhar e registrar seus passos no exterior.

Ao contrário do que afirmou o documento do CIEX, porém, Cláudio Gutiérrez declarou em seu depoimento, que o convite e o recurso para realizar uma viagem ao Chile, no primeiro semestre de 1970, não partiu de Carlos Figueiredo de Sá, mas sim da VPR. Nesse período, a organização encontrava-se dividida em duas alas; a primeira, liderada por Wilson Fava, apresentava uma série de divergências política com a segunda, comandada pelo ex-sargento do Exército, Onofre Pinto. Gutiérrez mantinha vinculações com a ala de Wilson Fava, que organizou sua viagem até a capital chilena:

Quem falou nesse negócio da viagem inicialmente foi o Wilson Fava. Depois teve um cara que me procurou, eu estava trabalhando no restaurante Cangaceiro, que era um restaurante que ficava em *Pocitos* e era de um ex-ministro do Jango. E um cara me procurou lá, se apresentou, era um economista e tal, [falou] desses esquemas internacionais. Ele foi o cara que agilizou toda a minha viagem para o Chile, os passaportes, todos os esquemas lá no Uruguai e viajei para o Chile. Agora, eu não falei com o [Carlos Figueiredo de] Sá, agora se o Sá estava por trás, não seria nada estranho, pois o Sá estava por trás de tudo. Tudo que era conexão com Cuba, por exemplo, terminava passando ali pelo Sá, os caras que iam treinar [...]. E era um esquema assim, chegava gente, tu não tinhas muita informação e o Sá tocava esse pessoal adiante<sup>19</sup>.

Cabe destacar que a VPR era uma organização criada no final de 1968, por militantes dissidentes das esquerdas polopista<sup>20</sup> e nacionalista<sup>21</sup>, que alcançou destaque em todo o país. De acordo com Gorender (1998) o referencial ideológico da VPR, assinado por Ladislau Dowbor, o “Jamil”, seguindo a influência teórica dos polopistas, defendia a partida imediata de seus integrantes para a luta armada. Uma das primeiras ações da organização foi o furto de onze fuzis do Hospital Militar do Cambuci, na Vila Monumento, e a explosão de uma bomba no alojamento de oficiais do II Exército, localizado no Bairro do Ibirapuera, em São Paulo, que ocasionou a morte de um soldado que trabalhava de sentinela no local. A VPR também

<sup>18</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> A esquerda polopista reunia os militantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP ou POLOP), fundada em 1961, defendendo a via armada (e não a eleitoral), como forma de romper as estruturas capitalistas no Brasil.

<sup>21</sup> A esquerda nacionalista era liderada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que mesmo integrando o quadro de políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendia propostas mais avançadas em relação ao desenvolvimento econômico do país. Na visão de Brizola, o projeto de João Goulart – as Reformas de Base – não teria efeito se a economia nacional mantivesse sua vinculação com o capital estrangeiro, principalmente estadunidense. Essa característica se constituiu numa das principais diferenças entre as correntes associadas a Jango (petebista) e a Brizola (nacionalista).

foi responsável pelo atentado que resultou na morte de Charles Chandler<sup>22</sup>, agente da *Central Intelligence Agency* (CIA) que realizava um curso no Brasil, e pela fuga do capitão do Exército, Carlos Lamarca, incorporado à organização depois de abandonar a sua unidade militar com um carregamento de armas.

Carlos Lamarca tornou-se, posteriormente, um dos líderes da VPR e da própria luta armada no Brasil, razão pela qual os órgãos de segurança aumentaram a repressão contra seus quadros, obrigando vários militantes a se exilarem no Chile. Na sequência, esses começaram um debate em torno da proposta de realizar um recuo estratégico, com o objetivo de repensar as atividades armadas da VPR, que haviam se complicado em função do aumento da violência estatal em território brasileiro. Na concepção dessa ala, a melhor saída para a VPR era realizar um congresso no Chile, onde seria discutido o preparo militar dos exilados que, num segundo momento, retomariam o movimento revolucionário no país. Tal posicionamento, entretanto, não era hegemônico dentro da organização, pois existia uma ala, liderada por Carlos Lamarca, que defendia a continuidade da luta. Em razão dessas e outras divergências, o ex-capitão se afastou definitivamente da VPR, no começo de 1971.

Ao que tudo indica, Wilson Fava integrava a ala da VPR favorável a um recuo estratégico, pois quando Cláudio Gutiérrez desembarcou no Chile, foi designado para realizar treinamento militar num esquema montado pelo *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)<sup>23</sup>. O ELN foi um grupo guerrilheiro, integrado por bolivianos, chilenos e cubanos que, ao lado de Ernesto Che Guevara, desencadeou um movimento revolucionário, a *Guerrilla de Ñancahuazú*, em território boliviano, no ano de 1966. Entre as principais lideranças do grupo estavam os três irmãos “Oswaldo”, “Inti” e “Coco” Peredo. Logo no início de suas operações, entretanto, a guerrilha foi descoberta e reprimida pelo exército local, treinado e apoiado por agentes estadunidenses. Os quatorze militantes do ELN que sobreviveram à repressão – responsável pela execução de Che Guevara em 1967 –, se exilaram em território chileno no ano seguinte. O plano desse grupo, coordenado por Oswaldo Chato Peredo, era permanecer na região norte do Chile, até montar a estrutura necessária para dar continuidade à guerrilha na Bolívia.

---

<sup>22</sup> “O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler era veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos frequentava o curso de Sociologia e Política e, supostamente aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point [...]. Ao cair fulminado, Chandler trazia uma obra de doutrinação anticomunista” (GORENDER, 1998, p. 144).

<sup>23</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

## O TDE ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS: A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE CLÁUDIO GUTIÉRREZ NO CHILE E NA BOLÍVIA

Os guerrilheiros do ELN, após se instalarem no norte do Chile, buscaram o apoio financeiro e logístico de outras organizações de esquerda latino-americanas, que possuíam representantes exilados no país. O plano do ELN era encaminhar os militantes para realizar treinamento militar em campos montados no espaço geográfico chileno. Após a realização de cursos em táticas de guerrilha, eles iriam compor uma frente que, ignorando divergências pontuais, daria continuidade à luta revolucionária nas selvas do Beni, norte da Bolívia. Cláudio Gutiérrez participou desse treinamento que, segundo ele, consistia, num primeiro momento, em seguir uma rotina de “exercícios físicos, manejo de armas, triangulação de tiro, defesa pessoal, aulas de tática e estratégia” e, posteriormente, em “treino de campo”:

O treinamento de campo foi numa área ao sul do Chile na pré-cordilheira dos Andes, e consistiu numa marcha através das montanhas. O objetivo era simular, em condições reais, uma segunda coluna guerrilheira que daria apoio ao grupo comandado pelo Chato, que iniciava sua odisseia no Alto Beni. Participavam convidados de outras organizações latino-americanas, dois brasileiros da ALN e um Tupamaro. Na marcha, andávamos durante todo o dia com muito peso nas mochilas e apenas parávamos à noite para montar acampamento. Com sentinelas postadas nas montanhas chilenas, em meio a canções revolucionárias latino-americanas, intercalávamos Chico Buarque e samba paulista (GUTIÉRREZ, 1999, p. 90).

Cabe destacar que a ala do Partido Socialista (PS) chileno, apoiadora das ações do ELN no Chile, era a denominada rupturista, dirigida por Carlos Altamirano, que embora integrando a Unidade Popular<sup>24</sup> (UP), defendia a via armada como a única capaz de conduzir o processo revolucionário e a instauração do socialismo na América Latina. Nesse sentido, Cláudio Gutiérrez declarou que a primeira fase do treinamento no ELN ocorreu numa área desapropriada pela reforma agrária, que estava sendo coordenada por integrantes do PS. Por esse motivo, após a realização do curso em táticas de guerrilha, o militante foi designado para treinar os camponeses assentados no local<sup>25</sup>.

Na fase em que Cláudio Gutiérrez estava realizando treinamento no Chile, em julho de 1970, o ELN iniciou um movimento guerrilheiro em Teoponte, ao norte de La Paz, na região da Amazônia boliviana. A guerrilha, liderada pelo único sobrevivente dos irmãos Peredo, Oswaldo, pretendia começar suas operações na Bolívia e, posteriormente, estender o

<sup>24</sup> A UP era formada pelo Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), a Acción Popular Independiente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemócrata. PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1970. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME). Disponível em: <[http://www.archivochile.com/S\\_Allende\\_UP/doc\\_de\\_UP/SAdocup0002.pdf](http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

<sup>25</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

movimento para outros países da América Latina. Segundo Moniz Bandeira (2008), o Exército boliviano combateu os insurgentes, afastando-os das bases onde armazenavam alimentos e se comunicavam com os demais integrantes da guerrilha. Além da fome, os guerrilheiros sofreram os efeitos das doenças típicas daquela região e com as delações de camponeses, que prestavam serviços de apoio aos militares. Sendo assim, no início do mês de novembro de 1970, o movimento foi definitivamente derrotado.

Cláudio Gutiérrez (1999) permaneceu no Chile após a derrota do ELN e o fim do treinamento que realizava com guerrilheiros bolivianos, chilenos e uruguaios no país. Para o militante, a derrota era uma condição temporária, uma breve pausa no movimento revolucionário que, mais cedo ou mais tarde, seria retomado na Bolívia, no Brasil e na América Latina. Por esse motivo, ele não se envolveu diretamente com a experiência socialista<sup>26</sup> que passou a ser implantada no Chile a partir da vitória do candidato Salvador Allende, nas eleições presidenciais, em setembro de 1970. Ou seja, Gutiérrez utilizou o período no exílio para dar continuidade ao preparo militar que iniciou no ELN, frequentando os campos de treinamento montados pela VPR em Santiago, seguindo uma rotina que incluía “exercícios físicos, práticas de tiro, orientações a respeito de sabotagem, fabricação de explosivos com produtos simples, encontrados em armazéns locais, como café” (p. 92).

Cabe destacar que nos centros de treinamento montados pela VPR no Chile, além dos brasileiros, circulavam também chilenos, bolivianos, argentinos e uruguaios, que recebiam e ministravam cursos de guerrilha, de acordo com suas experiências, habilidades e conhecimentos pessoais. O militante João Carlos Bona Garcia (1989), em seu livro de memórias, informou que a VPR foi responsável, por exemplo, pela montagem de uma escola de guerrilhas na região de Santa Rosa, em Santiago, na qual treinavam brasileiros e latino-americanos de várias nacionalidades, interessados em aprender táticas de combate, com instrutores que integravam os quadros dessa organização no exílio.

A interação entre VPR, ala rupturista do PS e o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) chilenos, o ELN boliviano, o MLN-T uruguaio e o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) argentino, gerou certo entrosamento militar e político entre esses partidos e organizações de esquerda no exílio. Tal aproximação propiciou o intercâmbio de experiências entre esses

---

<sup>26</sup> A Unidade Popular (UP) pretendia acabar com o monopólio exercido pela classe dominante chilena e seus aliados estadunidenses sobre as principais riquezas produzidas no Chile, através da divisão das propriedades em três áreas: privada, mista e social. Os esforços do governo ficariam concentrados na estruturação da área social, que englobaria as empresas já em poder do Estado e aquelas que seriam expropriadas durante o processo.



grupos. A opção pela luta armada era o elo entre os mesmos. Outro elemento identificado era a ideia de unir esses grupos num mesmo movimento revolucionário.

O posicionamento político dessas organizações refletia o próprio contexto histórico do período, marcado por uma acentuada crítica à democracia liberal e ao capitalismo, responsabilizados pela situação de alijamento político e miséria em que vivia a maior parte da população na América Latina. Ou seja, tais grupos surgiram a partir do desejo manifestado por parte da sociedade de promover transformações estruturais, reivindicação que ganhou maior força no decorrer dos anos de 1960, impulsionado pelos movimentos anticoloniais da África e da Ásia e pela Revolução Cubana, que disseminou ainda mais o sentimento anti-imperialista nas organizações de esquerda em atividade nessa região.

A VPR, embora se alinhando a perspectiva de formação de um movimento revolucionário regional, defendia que a prioridade da organização no exílio era estruturar a volta e a retomada da luta armada no Brasil. Por essa razão, no início de 1971, passou a estudar uma rota de travessia para o território brasileiro. Os trajetos mais utilizados, que seguiam através das regiões de fronteira da Argentina ou do Uruguai com o Rio Grande do Sul, porém, estavam sendo vigiadas por órgãos de segurança brasileiros, argentinos e uruguaios que, no ano anterior, intensificaram o intercâmbio de informações e a montagem de operações em conjunto, no sentido de localizar e reprimir opositores políticos exilados.

Tal fato surgiu do tensionamento político vivenciado nesses países, que aumentou a repressão contra partidos e organizações de esquerda em toda a região. A Argentina, por exemplo, vivia um clima de instabilidade política, marcada pelo fim da ditadura do general Juan Carlos Onganía, deposto por seus colegas militares, em junho de 1970. A junta de representantes das Forças Armadas, presidida por Roberto Levingston, que assumiu o poder no país, tampouco conseguiu minimizar essa situação. Seguiu-se um período caracterizado por inúmeras manifestações populares, greves e pelas primeiras ações dos *Montoneros*, organização de luta armada de estrato peronista que cresceu de importância, na medida em que, as chamadas práticas políticas usuais não eram capazes de resolver a profunda crise que atravessava o país. A falta de perspectiva quanto a encontrar uma saída institucional obrigou os militares a iniciar conversações com setores do peronismo: em cima da mesa de negociações colocava-se a desproscrição do movimento, a sua reincorporação política ante uma eventual futura eleição e, o elemento mais emblemático, a possibilidade, em médio prazo, da volta de seu líder maior, o general Juan Domingues Perón, no exílio desde meados dos anos de 1950.

O Uruguai vivia, na mesma época, um aumento escalonado da violência. A ascensão à presidência de Jorge Pacheco Areco constituiu um marco na intensificação da violência estatal contra os setores de esquerda. Como resposta, o MLN-T aumentou as suas ações armadas, o que, por sua vez, gerou mais repressão. O nível de confrontação política e militar atingiu o ápice em 1970, com o sequestro do diplomata brasileiro Aloysio Dias Gomide e do agente estadunidense Dan Mitrione, designado pela CIA para treinar a polícia uruguaia em táticas “modernas” de tortura, pelo MLN-T. Ambos os países dos sequestrados eram aliados de Pacheco Areco. O jornalista Langguth (1978) afirmou que o assassinato de Dan Mitrione em agosto, a Assembleia Nacional concedeu poderes excepcionais ao presidente e às forças de segurança locais, ou seja, forneceu respaldo legal para o governo refinar uma máquina de tortura que, nos anos subsequentes foi essencial no aniquilamento dos *Tupamaros*. Para realizar essa tarefa, a repressão uruguaia recebeu apoio dos serviços secretos brasileiros e estadunidenses, cada vez mais ativos no país vizinho.

A Bolívia, por outro lado, vivia uma situação política diferente do Uruguai e da Argentina. O general nacionalista Juan José Torres foi chefe das Forças Armadas bolivianas durante a ditadura do general Alfredo Ovando Candía (1969-1970). Para evitar um golpe de Estado organizado por Candía, em outubro de 1970, Torres liderou um movimento popular integrado por trabalhadores, camponeses e estudantes, que garantiu sua posse na presidência. No cargo, Torres decretou a nacionalização do setor mineiro, criou um banco estatal e uma corporação que tinha por objetivo implantar projetos voltados para o desenvolvimento do país, defendendo que o Estado deveria ter maior ingerência sobre a economia boliviana.

Nesse cenário, a Bolívia tornou-se um país atrativo para as organizações de esquerda brasileiras que pretendiam enviar militantes exilados no Chile para o Brasil. Os dirigentes da VPR, por exemplo, designaram Cláudio Gutiérrez e Paulo Franck para se estabelecerem em Santa Cruz de La Sierra, com o objetivo de manter contatos com organizações de esquerda locais, dispostas a fornecer auxílio para a construção de pontos de apoio ao longo do território boliviano, que possibilitassem a travessia de integrantes da VPR e de outros grupos pela região. Com essa finalidade, Gutiérrez e Franck montaram um bar que serviria de fachada para os militantes em trânsito, com o apoio de um grupo de camponeses bolivianos indicados pelo brasileiro Isidoro Gutiérrez.

Isidoro Gutiérrez iniciou suas atividades políticas como vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Com o aumento da repressão na fase posterior ao golpe, o militante partiu em direção ao exílio no Uruguai, onde permaneceu de 1965 até 1969, estabelecendo contatos com organizações uruguaias e

bolivianas, além de integrantes do serviço diplomático chinês. No começo de 1970, Isidoro passou a prestar serviços para o governo da China, recebendo a missão de fundar institutos culturais chineses na Bolívia. Assim, na ocasião em que Gutiérrez e Franck foram designados para atuar em Santa Cruz de La Sierra, receberam apoio de Isidoro, que intermediou o contato dos dois militantes com a esquerda local<sup>27</sup>.

As ações desses brasileiros na Bolívia eram monitoradas por agentes do CIEX, como demonstra o informe que descreveu as relações de Isidoro Gutiérrez com partidos e organizações latino-americanas e com os governos chinês e boliviano no período em questão. Assim, o órgão de segurança soube da viagem que o militante realizou a Santiago, em 1971, com o propósito de se reunir com funcionários do governo Allende e do serviço diplomático chinês, na tentativa de estreitar as relações políticas e comerciais entre Bolívia, Chile e China<sup>28</sup>. O CIEX também possuía informações detalhadas sobre o estabelecimento de Cláudio Gutiérrez em Santa Cruz de La Sierra, em agosto de 1971:

Aditamento ao CIEX 253, de 04/08/71. 1. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ se encontraria presentemente em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, para onde partiu entre 02 e 06/JUL/71, proveniente de Buenos Aires. 2. Sua missão em Santa Cruz de la Sierra é primeiramente a de estabelecer ligações com os elementos “camponeses”, do dirigente do PC da Bolívia de linha chinesa, OSCAR ZAMORA. 3. A missão do marginado estaria integrada em um plano geral de estabelecimento de bases de guerrilha brasileira na Bolívia. O plano particular para aquela área parece prever as seguintes etapas: 1) Obter a necessária penetração entre os camponeses da área da fronteira boliviano-brasileira, jogando-os contra os proprietários brasileiros de terras do lado boliviano; 2) Estabelecimento de rota de deslocamento de guerrilheiros brasileiros provenientes do Chile (possivelmente LÍPEZ-SANTA CRUZ ou LÍPEZ-LA PAZ-SANTA CRUZ); 3) Estabelecimento de bases (pontos de concentração); 4) Operações de fustigamento do lado brasileiro, seguidas de retiradas para os “santuários” na Bolívia<sup>29</sup>.

Tal documento, segundo Cláudio Gutiérrez, possui pontos verdadeiros e falsos. O militante afirmou, por exemplo, não ter conhecido pessoalmente o dirigente do *Partido Comunista Marxista Leninista* (PC-ml), Oscar Zamora, mas reconhece que este integrava a rede de contatos de Isidoro Gutiérrez, já que o partido seguia a linha maoísta e tinha interesse em estreitar relações com o governo chinês, do qual o brasileiro era representante na Bolívia.

<sup>27</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>28</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 97/118. ISIDORO VIANNA GUTIERREZ. Contatos com a Missão da RPC no Chile. 19 de agosto de 1971.

<sup>29</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 30/118. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ. Bases de guerrilha na Bolívia. 09 de agosto de 1971.

O PC-ml contava com vários camponeses entre seus adeptos, o que explicou o apoio desses trabalhadores aos planos da VPR, de estabelecer bases de travessia de exilados pela região<sup>30</sup>.

Em 21 de agosto de 1971, as atividades de Cláudio Gutiérrez, Paulo Franck e Isidoro Gutiérrez na Bolívia foram interrompidas por um golpe de Estado, que derrubou o governo do presidente Juan José Torres. A ditadura brasileira colaborou efetivamente com esse desfecho. Moniz Bandeira (2008) destacou que o governo Torres, ao promover a estatização das minas e de outras fontes de riquezas e reatar relações diplomáticas com Cuba e Chile, passou a representar um perigo aos interesses geopolíticos e econômicos do Brasil nessa região. Por esse motivo, Médici forneceu recursos financeiros, armas e aviões para o grupo de militares liderados pelo general Hugo Banzer (que tomou o poder no país), além de permitir que os golpistas, enquanto conspiravam, instalassem campos de treinamento militar na região de fronteira com o Mato Grosso.

Logo após o golpe, o general Hugo Banzer desencadeou uma operação repressiva contra a esquerda boliviana que resultou em perseguição, tortura e execução, principalmente de militantes e apoiadores do ELN e da *Unión de Campesinos Pobres* (CAPO). Além disso, o aparelho repressivo estruturado pelas Forças Armadas e a polícia, com o auxílio de grupos de direita, do governo brasileiro e estadunidense, passou a perseguir também os militantes de esquerda estrangeiros exilados no país. Em agosto de 1971, por exemplo, o governo Banzer enviou uma nota à Embaixada brasileira em La Paz, declarando-se disposto a colaborar na vigilância de brasileiros, exilados ou banidos para o Chile, que tentassem atravessar o território boliviano<sup>31</sup>. Essa situação obrigou Cláudio Gutiérrez e Paulo Franck a saírem da Bolívia:

Primeiro nós retiramos o Franck, o Paulo Roberto Telles Franck, que era um cara que tinha saído nos “70”. Ele estava com passaporte italiano, mas não falava uma palavra em italiano, a cobertura dele era muito ruim. Eu estava com um passaporte real, eu tinha cidadania uruguaia, eu tinha um passaporte uruguaio, então a minha cobertura era mais fácil porque o meu nome estava ali, era mais “quente”, mas o Franck nos preocupava. Nós tiramos o Franck, conseguimos que ele fosse embora. Ele fez contato com os nossos conhecidos em La Paz, ainda durante o golpe e o pessoal conseguiu atravessar ele para Árica. Eu fico mais uns dias e depois vou embora, e fica um companheiro boliviano ali, responsável pelo local. E aí, eu volto para o Chile e fico nos aparelhos da VPR<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

<sup>31</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.247, p. 03/151. Deportação de bolivianos. 31 de agosto de 1971.

<sup>32</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

Cláudio Gutiérrez declarou que as informações sobre a rota de travessia pela Bolívia circulavam apenas dentro da VPR, aumentando a suspeita da presença de um agente do CIEX infiltrado entre os militantes deslocados para o território boliviano. Segundo o militante, a presença de agentes a serviço da repressão era algo presente para toda a esquerda armada brasileira porque organizações de natureza militarista como a VPR, ao definir o perfil de seus adeptos como sujeitos destemidos e dispostos a praticar ações voluntárias, permitiu a incorporação de ex-militares que haviam prestado serviços à ditadura. Por outro lado, vários ativistas de esquerda passaram a colaborar com os órgãos de segurança depois de terem sido submetidos à tortura nas prisões brasileira. A VPR, apesar de ciente da presença de agentes infiltrados em seu quadro de militantes no exílio, enviou Cláudio Gutiérrez, em dezembro de 1971, para montar uma base de apoio, aos exilados que desejavam retornar ao Brasil, exatamente na fronteira das cidades geminadas de Rivera e Santana do Livramento<sup>33</sup>.

A repressão no Uruguai, porém, se intensificou após a vitória presidencial do candidato oficialista Juan María Bordaberry, nas eleições de março de 1972. O governo Bordaberry, com a justificativa de combater as operações “terroristas” do MLN-T, forneceu os subsídios legais que o aparelho estatal necessitava para vigiar e reprimir as ações de qualquer cidadão uruguaio enquadrado como “subversivo”. Na medida em que aumentou a repressão contra a esquerda, os agentes dos órgãos de segurança brasileiros, entre os quais o notório torturador de presos políticos, Sérgio Paranhos Fleury, passaram a ter livre trânsito para circular, vigiar e montar operações em conjunto com o serviço secreto uruguaio, no sentido de atingir à comunidade cada vez menor de brasileiros exilados no país vizinho.

Nesse cenário, Cláudio Gutiérrez enfrentou dificuldades para montar a base da VPR na fronteira entre os dois países. Os brasileiros, vigiados e perseguidos no Uruguai, temiam conceder apoio político, financeiro ou logístico às atividades do militante nas cidades de Rivera e Santana do Livramento. Sem perspectiva de mudança em curto ou médio prazo, Gutiérrez se fixou novamente em Montevidéu<sup>34</sup>. Na capital uruguaia, o militante tornou-se novamente alvo do CIEX, como demonstra o trecho a seguir, retirado de relatório enviado pelo agente Alberto Conrado aos órgãos de informações no Brasil, em 1972:

1. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ, uma vez chegado a Montevidéu, telefonou (a 14/ OUT/72) a JOHNSON. 2. O objetivo do telefonema era avisar a JOHNSON que a Polícia Argentina, ao prender PEDRO IVO FURTADO e TERESA DAISI URBEN FURTADO, apreendeu tudo que o casal levava. 3. Entre os documentos apreendidos figurava uma carta de GILBERTO FARIA LIMA a JOHNSON, na qual o remetente fazia referência a um encontro que o destinatário teria na Argentina com elemento (s) da organização MONTONEROS. 4. O encontro em questão seria

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

realizado através de PLINIO PETERSEN PEREIRA. 5. O casal, interrogado pela Polícia argentina, não soube dizer quem era o destinatário da carta, nem o seu endereço; tinham instruções de, uma vez em Montevidéu, remeter a carta para certa caixa postal<sup>35</sup>.

Cláudio Gutiérrez declarou que, durante o período de exílio em Montevidéu, manteve contato com integrantes da VPR que deixaram o Chile com uma missão semelhante a dele, ou seja, de estruturar uma base de travessia para os brasileiros na capital da Argentina. Os exilados Pedro Ivo Furtado e Teresa Daisi Urben Furtado, citados no relatório de Alberto Conrado, entretanto, eram militantes do POC e, por proximidade política, estreitaram relações com o MIR chileno e o PRT-ERP argentino, razão pela qual não mantinham contatos diretos com os quadros da VPR em Buenos Aires<sup>36</sup>. Como se pode verificar o informe contém imprecisões de que Cláudio Gutiérrez teria mantido contato com militantes do POC em Buenos Aires.

Este pequeno detalhe é ilustrativo do cuidado e da postura crítica que se deve ter na análise da documentação repressiva, muitas vezes emoldurada por um reconhecimento apressado da sua “eficiência” quase indubitável. Em diversas ocasiões, os agentes do CIEX exageraram nas informações prestadas em seus relatórios, acrescentando dados não condizentes com a realidade dos fatos. Tal atitude tinha um objetivo político determinado, que era criar uma visão, mesmo que ilusória, de que as atividades dos exilados no exterior representavam um perigo para a manutenção da ordem interna no Brasil. Além disso, essas informações eram utilizadas como justificativa para os gastos gerados por um sistema repressivo que necessitava operar em outros países, baseado num suposto avanço da ameaça comunista na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política do militante Cláudio Gutiérrez foi marcada pela ação terrorista do Estado brasileiro. O militante começou a ser perseguido no Rio Grande do Sul, em função do apoio concedido ao “esquema de fronteira” da ALN, em 1969. Diante da possibilidade de ser preso e torturado, Gutiérrez partiu em direção ao exílio no Uruguai – um país historicamente tido como um refúgio relativamente seguro e acolhedor para os exilados. No país vizinho, entretanto, ele tornou-se alvo de uma operação conjunta entre o serviço secreto brasileiro e

---

<sup>35</sup> Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 329/812. JOHNSON. CONTATOS. 24 de outubro de 1972.

<sup>36</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

uruguaio, que intercambiavam informações (e realizavam ações) com o objetivo de perseguir e, se necessário, eliminar seus opositores políticos nos dois lados da fronteira. Depois de ser preso e torturado num dos cárceres de Montevideú, Gutiérrez decide viajar, com o apoio da VPR, para o Chile e a Bolívia. A viagem, a tentativa de estabelecer uma rota de travessia para o Brasil através do território boliviano, foi monitorada pelos agentes do CIEX, que acompanharam os passos do militante no exílio.

Em síntese, pode-se afirmar que a ditadura estruturou um aparelho repressivo no Itamaraty, baseada na previsibilidade de cometer atos de desrespeito aos direitos humanos, razão pela qual existiam órgãos oficiais e clandestinos em suas representações diplomáticas no exterior. A manutenção de uma face pública/visível e outra encoberta/clandestina garantiu a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos contra brasileiros em outros países. O CIEX se constituiu assim, no órgão responsável por fornecer dados que permitiram à ditadura brasileira monitorar, perseguir, sequestrar, torturar e, posteriormente, desaparecer com os opositores políticos exilados. Cláudio Gutiérrez conseguiu sobreviver à ação do aparelho repressivo brasileiro no exterior, mas militantes como Edmur Péricles Camargo e Joaquim Pires Cerveira, sequestrados respectivamente nos anos de 1971 e 1973 em Buenos Aires, continuam desaparecidos até o momento. Sem os corpos das vítimas, a ditadura instalou de forma perpétua a injustiça, punindo não apenas os ativistas políticos, como seus familiares, amigos e a sociedade brasileira como um todo, ao impossibilitar acesso a dados que poderiam contribuir para elucidação de eventos relacionados a esse período histórico.

Portanto, o exílio, no período em que vigoraram as ditaduras de SN no Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina, não significou segurança para os militantes perseguidos em território nacional. Pelo contrário, na medida em que os países da região aumentavam a perseguição contra partidos e organizações de esquerda, as operações em conjunto se expandiam para além das fronteiras nacionais. Ou seja, receberam a mesma codificação e tratamento que os identificados como “inimigos internos”. De fato, para a DSN, as fronteiras entre a esquerda nativa e estrangeira residente no país era inexistente na hora de aplicar o TDE. E essa iniciativa contou com a anuência, simpatia e colaboração das ditaduras vigentes nos países de origem daqueles “esquerdistas estrangeiros”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. **Verás que um filho teu não foge a luta**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, J. et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU**. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 9-25.

COMBLIN, Josep. **A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, Manoel Pio. **O mundo em que vivi**. V. 2. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

FERNANDEZ, Jorge. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARZÓN VALDÉS, Ernesto. El Terrorismo de Estado. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n. 65, p. 35-55, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

GUTIÉRREZ, Cláudio. **A guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Proletra, 1999.

LANGGUTH, A. J. **A face oculta do terror**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – PPG-Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REYNA, Álvaro; REYES, José. **Terrorismo, ley antiterrorista y derechos humanos**. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 1991.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHULZ, William. Introducción. In: PIETERSE, Jan. et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU**. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 27-38.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG- História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

TAPIA VALDÉS, Jorge. **El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México: Nueva Imagen, 1980.



TORRES, Osvaldo. **Democracia y Lucha armada: MIR y MLN-Tupamaros**. Santiago: Pehuén, 2012.

### Fontes primárias

GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Volume 1. Capítulo 5. Documentos. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%200092\\_000292\\_2015\\_93.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%200092_000292_2015_93.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/SOPS/CS 1.-.57.1.1. Síntese de Ocorrências Suspeitas. 17 de fevereiro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.1, p. 18/29. Refugiado brasileiro no Uruguai. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. 08 de janeiro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno. Segurança e Informação. 23 de janeiro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 13/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Contatos no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 97/118. IZIDORO VIANNA GUTIERREZ. Contatos com a Missão da RPC no Chile. 19 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 30/118. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ. Bases de guerrilha na Bolívia. 09 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.247, p. 03/151. Deportação de bolivianos. 31 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 329/812. JOHNSON. CONTATOS. 24 de outubro de 1972.